

viveo

**POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE
DADOS PESSOAIS E
PRIVACIDADE DE DADOS**

Sumário

I.	OBJETIVO.....	2
II.	ABRANGÊNCIA.....	2
III.	DEFINIÇÕES	2
IV.	TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS E DOS DADOS DE MENORES DE IDADE	6
V.	DO COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS	6
VI.	DOS DADOS PESSOAIS TRATADOS POR ENTIDADES PÚBLICAS	7
VII.	DOS DADOS PESSOAIS DE ACESSO PÚBLICO	8
VIII.	DA TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS PESSOAIS.....	8
IX.	DA MINIMIZAÇÃO DE COLETA DE DADOS PESSOAIS.....	10
X.	DOS DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS PESSOAIS	11
XI.	DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	11
XII.	CONTROLE DE VERSÃO	13
XIII.	APROVAÇÕES	13
XIV.	ANEXO I - TERMO DE COMPROMISSO DE COMPARTILHAMENTO DE DADOS.....	14

OBJETIVO

A presente Política possui como principal objetivo estabelecer diretrizes para estruturar um sistema normativo e de práticas de Proteção de Dados Pessoais e Sensíveis, visando garantir a privacidade e proteção dos dados dos titulares de dados pessoais que sejam objeto de tratamento e armazenamento pela **VIVEO**.

A **VIVEO**, adota como premissa o atendimento às disposições das legislações temáticas de referência, incluindo, mas não se limitando à LGPD- Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018), sempre pautada no princípio da boa-fé.

ABRANGÊNCIA

Na condução de suas atividades empresariais, a **VIVEO** pode realizar diversas operações de tratamento de dados pessoais buscando o melhor interesse dos titulares dos dados pessoais, e respeitando os seus direitos. Desta forma, poderá ser caracterizada ora como Controladora de Dados Pessoais, ora como Operadora de Dados Pessoais, como Controladora e Operadora de Dados Pessoais ou como Co-Controladora de Dados Pessoais, de acordo com as definições da LGPD, reforçando, o seu compromisso com o cumprimento das regras de privacidade e proteção de dados pessoais e atendendo aos princípios constantes na legislação temática aplicável.

Esta Política deverá ser analisada e interpretada de forma coordenada e harmônica com as demais Políticas da **VIVEO**, que integram o rol de normativos, sistemas, controles e compliance adotados pelo Grupo e que compõem a estrutura organizacional única de governança das empresas da **VIVEO** com relação aos aspectos de proteção de dados e privacidade.

Esta Política, além de sua destinação interna, também **se aplica a todos os titulares de dados pessoais** que possuam qualquer nível de relacionamento com a **VIVEO**, que porventura tenham seus dados pessoais coletados e tratados pelo Grupo, independente da natureza da operação ou da causa.

DEFINIÇÕES

Para a presente Política, aplicam-se as seguintes definições:

Agentes de tratamento: o controlador e o operador;

ANPD – Autoridade Nacional de Proteção de Dados – órgão integrante da administração pública direta federal que possui como atribuições tratar do tema de proteção de dados no Brasil, bem como realizar a fiscalização do cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados;

Banco de dados: conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico; titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento; controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;

Controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;

Dado anonimizado: dado relativo ao titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;

Dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;

Dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa;

Dados Públicos: toda e qualquer informação coletada no seio da administração pública e entidades públicas diretas e indiretas, onde podem ser incluídos dados pessoais passíveis de compartilhamento em determinadas situações legais;

DPO/Encarregado: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

Legislação temática de referência: Lei Geral de Proteção de Dados (“LGPD”) no Brasil nº 13.709/2018; Marco Civil da Internet nº 12.965/2014, *General Data Protection Regulation (“GDPR”)*;

Operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;

Transferência internacional de dados: transferência de dados pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro;

Titular do Dado Pessoal: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;

Tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

Uso compartilhado de dados: comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados;

Minimização: trata-se de princípio pelo qual os dados pessoais serão processados e tratados com observância da adequação, pertinência e finalidade, limitando-se ao estritamente necessário para a realização destas condições quando do tratamento de dados pessoais;

PRINCÍPIOS DE TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

A coleta e o tratamento de Dados Pessoais ou Sensíveis pela **VIVEO** são realizados usualmente, sempre com o devido respaldo legal, para a execução de um contrato ou para o cumprimento de uma obrigação legal à qual está sujeito.

A VIVEO quando do tratamento de dados pessoais reforça seu compromisso em atender às disposições legais, em especial aos princípios constantes a seguir:

FINALIDADE: o tratamento de dados pessoais será realizado apenas para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular de dados pessoais, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;

ADEQUAÇÃO: o tratamento de dados pessoais será realizado de forma compatível com as finalidades informadas ao titular de dados, e de acordo com o contexto do tratamento;

NECESSIDADE: o tratamento de dados pessoais será realizado limitado ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento;

LIVRE ACESSO: resta garantido aos titulares de dados pessoais a consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integridade de seus dados;

QUALIDADE DOS DADOS: resta garantido aos titulares de dados pessoais, a exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;

TRANSPARÊNCIA: resta garantido aos titulares de dados pessoais, informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento de dados pessoais, observados os segredos comercial e industrial;

SEGURANÇA: **A VIVEO** envida todos os esforços e utiliza as medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

PREVENÇÃO: **A VIVEO** adota as medidas adequadas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;

NÃO DISCRIMINAÇÃO: **A VIVEO** envida todos os esforços para impedir a realização do tratamento de dados pessoais para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;

RESPONSABILIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS: **A VIVEO** se compromete a demonstrar a adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais, e a eficácia dessas medidas.

Todas as operações de tratamento de dados pessoais no âmbito das atividades da **VIVEO**, observarão a base legal concernente que legitime a sua realização, com estipulação da finalidade e designação dos responsáveis pelo tratamento.

A **VIVEO** possui como compromisso a avaliação periódica das finalidades de suas operações de coleta e tratamento, considerando o contexto em que estas operações se inserem, os riscos e benefícios que podem ser gerados ao titular de dados pessoais, e o legítimo interesse da **VIVEO**.

DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

A realização de coleta ou de tratamento de dados pessoais é efetivada pela **VIVEO**, sempre em observância às disposições legais aplicáveis e ao princípio da boa-fé, considerando-se também as hipóteses a seguir, sempre que aplicáveis:

- (i) **Consentimento:** quando o Titular de Dados ou seu responsável legal consentir com o Tratamento dos Dados Pessoais.
- (ii) **Cumprimento de obrigação legal:** quando necessitar Tratar Dados Pessoais ou Dados Sensíveis em virtude de uma obrigação legal ou regulatória.
- (iii) **Execução de políticas públicas e estudos por Órgão de Pesquisa:** admitidas pela legislação independentemente do consentimento do Titular de Dado, para fins de pesquisas ou para atender a interesse da administração pública – em qualquer caso, sempre observando os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados;
- (iv) **Execução de contratos e diligências pré-contratuais:** quando o Tratamento for necessário para assegurar o cumprimento da execução contratual ou de diligências pré-contratuais;
- (v) **Exercício regular de direito:** quando o Tratamento for necessário para um exercício regular de direitos em contrato, processo judicial, administrativo ou arbitral;
- (vi) **Proteção da vida do Titular de Dados ou de terceiros:** quando Tratamento for indispensável para a proteção da vida ou da incolumidade física, a Legislação de Proteção de Dados permite que possa ser realizado sem o consentimento do Titular de Dados;
- (vii) **Tutela da saúde:** quando o Tratamento do Dado Pessoal for realizado com a finalidade de promover procedimento por profissionais técnicos da área da saúde ou por entidades sanitárias.
- (viii) **Interesses legítimos:** a Viveo poderá valer-se do interesse legítimo para Tratar Dados Pessoais do Titular de Dados, no exercício regular de seus direitos ou prestação de serviços que o beneficiem, sempre nos limites da Legislação de Proteção de Dados.
- (ix) **Proteção do Crédito:** quando aplicável, para proteção do crédito.

DA RETENÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

A **VIVEO** mantém os Dados Pessoais ou Sensíveis pelo tempo necessário para as finalidades para as quais são tratados ou até a respectiva solicitação de exclusão, a qual será prontamente atendida, nos termos solicitados, desde que se tenha o necessário conjunto técnico para exclusão e, ainda, não infrinja quaisquer preceitos legais ou ordens judiciais, bem como sejam necessários para resolver disputas, manter a segurança, evitar fraudes e abuso e garantir o cumprimento de contratos.

A **VIVEO** envida todos os esforços para manter os registros das operações de tratamento de dados pessoais, que poderão ser consultados pelo titular dos dados pessoais, bem como por autoridades públicas, incluindo a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD, sempre com o necessário resguardado dos direitos dos titulares destes dados pessoais.

TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS E DOS DADOS DE MENORES DE IDADE

A **VIVEO** entende que o tratamento de dados pessoais considerados sensíveis requer cuidados especiais, conforme diretrizes estruturadas nos normativos internos, e por que motivo, firma o compromisso de resguardo e cuidados frente ao tratamento de dados pessoais sensíveis, que para todos os efeitos possui seu conceito descrito nas definições constantes no item "OBJETIVO" desta Política.

Este compromisso incorpora os dados pessoais sensíveis, bem como os dados pessoais de crianças e adolescentes (quando aplicável), que, quando coletados e tratados, não só utilizarão o mesmo nível de cuidado exigido e oferecido aos dados pessoais sensíveis, como também se sujeitarão às disposições próprias estabelecidas na LGPD, e outras normas específicas aplicáveis, além das presentes disposições.

As coletas e operações de tratamento de dados pessoais sensíveis, incluindo dados de crianças e adolescentes quando aplicável, somente serão realizadas nas seguintes hipóteses:

- i. Quando o titular de dados pessoais ou seu responsável legal consentir, de forma específica e destacada, para finalidades específicas;
- ii. Sem fornecimento de consentimento do titular de dados pessoais, nos casos em que o tratamento for indispensável para: cumprimento de obrigação legal ou regulatória;
- iii. Realização de estudos garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais sensíveis;
- iv. Exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo e arbitral;
- v. Proteção da vida ou da incolumidade física do titular de dados pessoais ou de terceiros;
- vi. Tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária; ou
- vii. Garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular de dados pessoais, nos processos de identificação e autenticação de cadastro em sistemas eletrônicos.

DO COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS

A **VIVEO**, adota como premissa, efetivar o compartilhamento de dados pessoais, mediante finalidade específica, resguardado por uma base para tratamento dos dados pessoais, nos termos da legislação temática de referência.

A **VIVEO** também poderá compartilhar dados pessoais com terceiros, onde se inclui órgãos públicos, mediante ordem judicial e prestadores de serviços, a depender da natureza do compartilhamento, sua finalidade específica, observando-se sempre a legislação temática de referência, a razoabilidade e proporcionalidade, além da avaliação do nível de segurança da informação, com as cautelas necessárias para se evitar incidentes de segurança que possa colocar em risco o titular dos dados pessoais, bem como mediante a assinatura do termo de compromisso de compartilhamento de dados (anexo I).

Dentro deste contexto, inserem-se comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais com entes públicos ou privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados.

Caberá ao Controlador efetuar previamente a classificação e categorização do conjunto de informações e dados que serão objeto de possível compartilhamento, enquadrando-os nas categorias específicas, em razão de sua natureza.

A categorização visa separar os compartilhamentos em grupos restritos e específicos, considerando-se a sua natureza, tais como dados pessoais, dados sensíveis, dados de crianças e adolescentes, dados anonimizados, dados pseudonimizados, entre outros.

Desta forma, o controlador dos dados, ao classificá-lo, poderá detectar as necessidades concernentes ao grupo classificado e tomar as providências assecuratórias, na forma disciplinada pela legislação temática de referência e, após efetivada esta verificação, analisará as condições específicas e autorizações de uso, aplicáveis a cada caso, a depender de sua natureza, sempre resguardada a finalidade e a adequação.

Caberá aos agentes de tratamento de dados, na pessoa do controlador, a confirmação junto aos receptores, de que possuem as necessárias regularidades, nos termos preconizados pela LGPD, bem como a adoção das políticas, procedimentos e medidas de proteção dos dados pessoais que serão compartilhados.

DOS DADOS PESSOAIS TRATADOS POR ENTIDADES PÚBLICAS

A VIVEO nas atividades de dados pessoais observa a boa-fé e os princípios da finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas.

Os dados pessoais tratados por pessoa jurídica de direito público quando autorizados por lei poderão ser compartilhados internamente no âmbito da **VIVEO**, mediante parecer jurídico interno da Viveo aprovando a liberação das informações.

O Consentimento do titular dos dados não será exigido nas hipóteses de dispensa de consentimento previstas na LGPD.

Também não se exigirá consentimento em casos de execução descentralizada de atividade pública que exija transferência exclusivamente para este fim específico e determinado, e ainda, nos casos em que os dados forem acessíveis publicamente na forma da LGPD ou, ainda, quando houver previsão legal ou a transferência de dados for respaldada por contratos, convênios ou documentos congêneres.

Na hipótese de a transferência de dados objetivar exclusivamente a prevenção de fraudes e irregularidades ou proteger e resguardar a segurança e integridade do titular dos dados, desde que vedado o tratamento para outras finalidades, não haverá exigência de consentimento.

Informando-se as hipóteses em que no exercício de suas competências realizam o tratamento de dados pessoais fornecendo informações claras e atualizadas sobre a previsão legal, a finalidade, os procedimentos e as práticas utilizadas para a execução dessas atividades, em veículo de fácil acesso, preferencialmente em endereços eletrônicos (site).

Toda e qualquer vez que a **VIVEO** tenha sido autorizado a coletar dados pessoais tratados por entes públicos de qualquer natureza, estes dados integrarão toda a política de segurança da informação, proteção de dados e privacidade da **VIVEO**.

DOS DADOS PESSOAIS DE ACESSO PÚBLICO

A **VIVEO** quando na coleta e tratamento de dados pessoais cujo acesso é público, observará no tratamento, a finalidade, a boa-fé, e o interesse público que justificou a sua disponibilização, procedendo protetiva nos termos de suas políticas de proteção de dados pessoais e segurança da informação.

Nos casos em que o titular dos dados pessoais os tornar por algum motivo manifestamente públicos ficará dispensada a exigência do consentimento, todavia, mesmo nestes casos a **VIVEO** resguardará os direitos do titular e os princípios previstos em lei e estabelecidos nesta Política.

Caso a **VIVEO** haja por bem efetivar para novas finalidades tratamento de dados pessoais decorrente de acesso público ou tornados manifestamente públicos pelo titular, observará sempre os propósitos legítimos e específicos neste novo tratamento de maneira a preservar os direitos dos titulares assim como os direitos e princípios previstos nesta política.

DA TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS PESSOAIS

A **VIVEO** desenvolveu a sua política protetiva relacionada à transferência de dados pessoais, com base na legislação temática de referência, lastreada principalmente nas disposições contida nos artigos 33 e seguintes da LGPD, conjugadas como as normas do Regulamento Geral de Proteção de Dados Europeu relativas a proteção das pessoas físicas, no que concerne ao tratamento de seus dados pessoais e a livre circulação dos mesmos, vinculando os órgãos sociais das empresas componentes do Grupo, bem como agentes de tratamento de dados, internos e externos e submetendo, no que for concernente, os parceiros comerciais independente da natureza da relação.

Esta política adota como critério objetivo, o fato de que a transferência internacional de dados pessoais, tratados pelas empresas componentes da **VIVEO**, de acordo com as medidas técnicas e organizacionais adotadas pelo agente de tratamento, somente será permitida e autorizada, observados os seguintes condicionantes:

A transmissão somente será viável para países ou organismos internacionais que proporcionem grau de proteção de dados pessoais adequado ao previsto na LGPD brasileira, cabendo ao controlador, previamente observar e comprovar a existência de garantias de cumprimento dos princípios, dos direitos do titular e do regime de proteção de dados previstos na Lei, na forma de:

- a) cláusulas contratuais específicas para determinada transferência;
- b) cláusulas-padrão contratuais;
- c) normas corporativas globais;
- d) selos, certificados e códigos de conduta regularmente emitidos;

Caberá ao controlador, quando da avaliação prévia das condições de existência e de garantia do cumprimento dos princípios, dos direitos do titular e do regime de proteção de dados, caso ainda

persistam incertezas, efetivar pesquisas específicas, por meio eletrônico, junto aos sites locais representativos do país de destino, podendo na análise, utilizar-se da conjugação dos seguintes critérios objetivos:

- a) normas gerais e setoriais da legislação em vigor no país de destino ou no organismo internacional;
- b) natureza dos dados;
- c) observância dos princípios gerais de proteção de dados pessoais e direitos dos titulares previstos nesta Lei;
- d) adoção de medidas de segurança previstas em regulamento;
- e) existência de garantias judiciais e institucionais para o respeito aos direitos de proteção de dados pessoais;
- f) outras circunstâncias específicas relativas à transferência

Uma vez persistindo a incerteza, competirá ao controlador, requerer à Autoridade Nacional de Proteção de Dados a avaliação do nível de proteção a dados pessoais conferido pelo país ou organismo internacional, no âmbito dos critérios regularmente aceitos.

Quando o titular tiver fornecido o seu consentimento específico e em destaque para a transferência, com informação prévia sobre o caráter internacional da operação, distinguindo claramente está de outras finalidades; ou

Quando a transferência resultar em compromisso assumido em acordo de cooperação internacional;

Quando a transferência internacional de dados, for necessária para atender ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;

Quando for necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular dos dados e, ainda, a pedido do titular dos dados;

Para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral.

A VIVEO adota o princípio de autorizações excepcionais na transferência internacional de dados, para o cumprimento das seguintes condições legais:

- a) quando a transferência for necessária para a cooperação jurídica internacional entre órgãos públicos de inteligência, de investigação e de persecução, de acordo com os instrumentos de direito internacional;
- b) quando a transferência for necessária para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiros;
- c) quando a autoridade nacional autorizar a transferência;
- d) quando a transferência for necessária para a execução de política pública ou atribuição legal do serviço público, sendo dada publicidade nos termos do inciso I do caput do art. 23 da LGPD;

Para a finalidade de transferência internacional de dados, quando verificada a sua conveniência e oportunidade e o preenchimento de requisitos, a **VIVEO** sempre definirá previamente o conteúdo de cláusulas-padrão contratuais, bem como a verificação de cláusulas contratuais específicas para uma determinada transferência, observadas as disposições desta Política e o conteúdo normativo específico da LGPD.

Caberá ao controlador, verificar e considerar os requisitos, as condições e as garantias adequadas mínimas para a transferência, que observem os direitos e princípios desta política e da legislação.

Quando entender necessário, poderá efetivar a análise complementar e a verificação dos demais elementos que possam ser integrados à operação de transferência internacional de dados, tais como normas corporativas globais adequadas à espécie, selos e certificados emitidos por autoridades competentes, existência de códigos de conduta apropriados ao tema de proteção de dados pessoais na transmissão internacional, bem como mediante a assinatura do termo de compromisso de compartilhamento de dados (anexo I).

DA MINIMIZAÇÃO DE COLETA DE DADOS PESSOAIS.

O PRINCÍPIO DA MINIMIZAÇÃO

A **VIVEO** adotará o princípio da minimização dos dados pessoais para que se observe o estritamente necessário com relação às finalidades para as quais os dados pessoais serão processados.

Desta forma, em qualquer processamento de dados pessoais, os agentes de tratamento deverão observar a sua adequação e pertinência, bem como a limitação advinda da finalidade do processamento dos dados pessoais.

A ADOÇÃO E EXECUÇÃO DO PRINCÍPIO DA MINIMIZAÇÃO

Os agentes de tratamento diretamente ligados a **VIVEO**, ao adotarem o princípio da minimização de dados pessoais, devem considerar que os dados pessoais somente devem ser processados no volume e nas condições necessárias para cumprir a finalidade para qual os mesmos foram disponibilizados pelos titulares e coletados.

Desta forma, quando do tratamento de dados pessoais, caberá aos agentes de tratamento, seguir rigorosamente esta política de maneira que não se colete um volume de dados pessoais que seja superior às necessidades decorrentes da finalidade que gerou a coleta de dados pessoais.

A **VIVEO**, ao adotar o princípio da minimização dos dados pessoais como política protetiva também observará os princípios da adequação, no sentido de que somente serão coletados dados suficientes, relevância, aqui entendida como a coleta estrita de dados pessoais necessários para o cumprimento da finalidade, aqui vista como a condição justificadora e autorizadora da coleta.

O PRINCÍPIO DA PRECISÃO

A **VIVEO**, em complemento à sua política de minimização, adota também o princípio da precisão como forma de proteção complementar da política de coleta e tratamento de dados pessoais.

Os dados pessoais a serem coletados devem assim, ser precisos na medida em que se tenha a necessária clareza na sua verificação de forma tal que se evite excessos na coleta. Dentro deste conceito caberá aos agentes de tratamento, uma vez observadas imprecisões e/ou excessos na coleta, tomar imediatamente a providência cabível para fins de gerar a exclusão do dado pessoal excessivo e, eventualmente, a sua retificação.

Os dados pessoais tratados devem também ser atualizados na forma como observada pelos agentes de tratamento, a julgar pela finalidade da coleta.

Os dados pessoais coletados em excesso; sem a necessária precisão ou, ainda, despidos de atualização quando esta for necessária, deverão ser descartados e excluídos, observando-se as políticas apropriadas.

DOS DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS PESSOAIS

A **VIVEO**, quando da coleta e tratamento de dados pessoais, reforça o seu compromisso com a transparência e boa-fé, assim como respeita aos direitos dos titulares de dados pessoais, contidos nas bases legais específicas, que incluem:

- **DIREITO À CONFIRMAÇÃO DA EXISTÊNCIA DO TRATAMENTO:** o titular de dados pessoais pode questionar, junto a **VIVEO** a realização de operações de tratamento relativos aos seus dados pessoais;
- **DIREITO DE ACESSO:** o titular de dados pessoais pode solicitar e receber uma cópia de todos os dados pessoais coletados e armazenados, respeitados os prazos previstos nesta Política;
- **DIREITO DE CORREÇÃO:** o titular de dados pessoais pode requisitar a correção de dados pessoais que estejam incompletos, inexatos ou desatualizados, mediante solicitação conforme estabelecido nesta Política;
- **DIREITO DE ELIMINAÇÃO:** o titular de dados pessoais pode requisitar a exclusão de seus dados pessoais, salvo se houver um motivo legítimo para a sua manutenção, como eventual obrigação legal de retenção de dados, considerando os mecanismos empreendidos pela **VIVEO** para a exclusão ou eliminação dos dados pessoais;
- **DIREITO DE SOLICITAR A SUSPENSÃO DE TRATAMENTO ILÍCITO DE DADOS PESSOAIS:** a qualquer momento, o titular de dados pessoais poderá requisitar a anonimização, bloqueio ou eliminação de seus dados pessoais que tenham sido reconhecidos por autoridade competente como desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na LGPD.
- **DIREITO DE OPOSIÇÃO A UM TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS:** o titular de dados pessoais poderá apresentar uma oposição, que será analisada a partir dos critérios presentes na LGPD e de acordo com as diretrizes internas da **VIVEO**;
- **DIREITO À PORTABILIDADE DOS DADOS:** o titular de dados pessoais poderá solicitar que seus dados pessoais sejam disponibilizados a outro fornecedor de serviço ou produto, respeitados o segredo comercial e industrial da Instituição, bem como os limites técnicos.
- **DIREITO À REVOGAÇÃO DO CONSENTIMENTO:** o titular de dados pessoais tem o direito de revogar o seu consentimento, devendo o titular possuir conhecimento de que a revogação do seu consentimento poderá alterar suas condições de acesso a determinado produto ou serviço, de acordo com as políticas da **VIVEO**.

DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

As normas de segurança da informação e prevenção contra incidentes de dados pessoais, estão contidas na Política de Segurança da Informação da **VIVEO**.

De todo modo, a **VIVEO** reforça seu compromisso em manter os melhores padrões de segurança e armazenamento de dados pessoais, considerando a melhor técnica disponível no momento.

Todos os Dados Pessoais e Dados Sensíveis serão armazenados na base de dados da **VIVEO** ou em base de dados de terceiros contratados, os quais estão devidamente de acordo com a legislação de proteção de dados vigente.

TERMO DE USO DOS SERVIÇOS

A **VIVEO** poderá publicar regras específicas para cada serviço, subordinadas aos princípios gerais desta declaração, sem prejuízo das disposições constantes dos contratos celebrados.

Responsabilidade: A **VIVEO** não se responsabiliza por práticas maliciosas ou pelo mau uso de conteúdo de outros sites, bem como por falhas na segurança de dados ou ilegalidades cometidas por terceiros, sejam estes parceiros comerciais ou não. Assim, a **VIVEO** se compromete a oferecer o melhor em termos de segurança aos serviços que cada cidadão acessa, adquirindo ativos modernos e efetivos, aplicando metodologias designadas como melhores práticas e adotando providências disponíveis no estado da arte em prol da segurança da informação.

Coleta de informações: Para diversos serviços, a **VIVEO** coleta dados indispensáveis ao funcionamento das aplicações, como razão social e C.N.P.J. (ou nome e C.P.F. no caso de Pessoas Físicas), endereço, e-mail, telefones para contato, entre outros. O titular pode optar por não conceder alguma dessas informações. Nessa situação, a aplicação avisará sobre as consequências da não-autorização tanto em termos das limitações de serviço como quanto à negação de acesso a aplicação, informando os motivos. A **VIVEO** pode, ainda, coletar e armazenar informações sobre a navegação do titular, como endereço IP, páginas acessadas, tempo de permanência e características de dispositivos móveis. Informações de outras fontes, cadastros de parceiros ou de outros órgãos públicos também podem ser somados à nossa base de dados.

Cookies e tecnologias semelhantes: A **VIVEO** pode se utilizar de cookies e tecnologias semelhantes, que são pequenos pacotes de dados enviados para o navegador e que ficam armazenados no dispositivo. Estes permitem entender melhor o comportamento dos usuários, informando quais páginas e conteúdo de nosso site foram visitados, além de contribuir para a eficácia na distribuição de conteúdo. A maior parte dos navegadores são predefinidos para aceitar cookies de forma automática. Nas configurações é possível alterar essa regra, porém, com os cookies desativados algumas funcionalidades do site podem não funcionar da forma mais adequada.

Armazenamento: Todos os dados pessoais dos usuários e de navegação são armazenados em bancos de dados próprios e reservados, proporcionando a segurança das informações coletadas.

Uso das informações: As informações coletadas durante a navegação permitem a oferta customizada de nossos serviços, o estudo de preferências e, conseqüentemente, uma experiência de navegação mais próxima dos interesses de cada usuário. A **VIVEO** pode, ainda, usar essas informações para fins de comunicação com os usuários e clientes. Dessa forma, poderão ser enviados avisos e informações de serviços desenvolvidos pela **VIVEO**, podendo estes serem inibidos pelo usuário. As informações também poderão ser usadas em auditorias, análises estatísticas, ciência de dados, desenvolvimento e melhoria de serviços prestados pela empresa.

Compartilhamento de informações com terceiros: A **VIVEO** não repassará a terceiros, parceiros ou em qualquer negociação comercial, as informações coletadas. Toda e qualquer informação a respeito

dos clientes e usuários da **VIVEO** somente serão repassadas mediante aprovação expressa destes ou por ordem judicial.

CANAL DE COMUNICAÇÃO E DÚVIDAS

Este item desta Política deverá ser analisado em conjunto com a Política específica que trata do exercício de direitos dos titulares de dados (DSAR) da **VIVEO**.

A VIVEO possui um canal de atendimento para a apresentação de reclamações, sugestões, solicitações, denúncias e elogios sobre práticas, procedimentos e processos da VIVEO, e poderá ser acessada no endereço eletrônico <https://portaldotitular.viveo.com.br>, para permitir que a VIVEO identifique o titular do dado pessoal e o contexto das informações relevantes.

CONTROLE DE VERSÃO

Alteração do documento	Versão	Data
Criação do documento	REV01	Julho/2020
Revisão e consolidação das informações conforme aprimoramento dos processos	REV02	Abril/2022

APROVAÇÕES

Elaboração	Revisão	Revisão Aprovação
Tecnologia da Informação e DPO (Data Protection Officer)	Compliance e Controles Internos	Comitê de Auditoria, Gestão do Risco, Compliance e de Recursos Humanos. Conselho de Administração

ANEXO I - TERMO DE COMPROMISSO DE COMPARTILHAMENTO DE DADOS

TERMO DE COMPROMISSO

Eu/Razão Social, _____, inscrito no CPF/CNPJ nº _____, declaro (amos) que obtive (mos) acesso a Política de Proteção de Dados Pessoais da Viveo e estou (amos) ciente (s) de todos os seus termos, com os quais tenho (mos) total concordância e me (nos) comprometo (s) a cumpri-los durante a prestação de serviços (outros) para qualquer empresa que componha a Viveo.

Ainda declaro (amos) observar sempre a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018), com todas as cautelas necessárias para se evitar incidentes de segurança que possa colocar em risco o titular dos dados pessoais.

Declaro estar ciente de que a qualquer momento poderei ter meus processos auditados pela Viveo, a fim de assegurar o atendimento a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018).

Quando a Viveo entender necessário, poderá efetivar a análise complementar e a verificação dos demais elementos que possam ser integrados à operação de transferência de dados, tais como normas corporativas adequadas à espécie, selos e certificados emitidos por autoridades competentes, existência de códigos de conduta apropriados ao tema de proteção de dados pessoais na transmissão

Declaro estar ciente de que eventual violação a qualquer regra estabelecida nessa política, poderá culminar na aplicação de sanções com base no Código de Conduta, sem prejuízo de eventuais sanções legais.

Por ser verdade, assino (amos) o presente termo.

Local/data: _____

Assinatura